



**CADERNO DE ENCARGOS DE PROCEDIMENTO PARA O CONCURSO PÚBLICO  
AQUISIÇÃO DE BENS ALIMENTARES PARA O ANO 2025 PARA DIVERSAS CASAS DE  
ACOLHIMENTO E CED DA CASA PIA DE LISBOA I.P.**

**Processo n.º 2525000148**



## **PARTE I**

### **CLÁUSULAS GERAIS**

#### **CAPÍTULO I**

##### **Cláusula 1.ª**

###### **Objeto**

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento contratual por Concurso Público, e que tem por objeto a aquisição de produtos alimentares para 2025 para as diversas Casas de Acolhimento (CA), Centros de Educação e Desenvolvimento (CED) da Casa Pia de Lisboa I.P.

##### **Cláusula 2.ª**

###### **Preço base**

O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela aquisição dos bens objeto do presente procedimento, é globalmente de **€59.180,00** (cinquenta e nove mil e cento e oitenta euros), e por cada lote os valores seguintes, todos acrescidos de IVA à taxa legal em vigor:

- Lote 1 – Bebidas alcoólicas – 800,00€
- Lote 2 – Carne – 19.000,00€
- Lote 3 – Carne, Francisco Margiochi – 2.700,00€
- Lote 4 – Chás, Doces e Bolachas – 19.000,00€
- Lote 5 – Diversos – 2.500,00€
- Lote 6 - Peixe – 7.000,00€
- Lote 7 – Peixe fresco – 900,00€
- Lote 8 - Ultracongelados – 7.000,00€
- Lote 9 – Alimentos Específicos – 280,00

O preço referido inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à CPL, nomeadamente, os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como, quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Durante a vigência do contrato não haverá lugar a revisão/atualização do preço contratado



### Cláusula 3.ª

#### Vigência e prazo de execução

1. O contrato a celebrar na sequência do presente procedimento contempla o fornecimento dos bens alimentares, referidos no **Anexo A**, para as diversas CA e CED da Casa Pia de Lisboa I.P., a partir da assinatura do contrato e até ao prazo máximo de 31 de dezembro 2025. As entregas serão concretizadas de forma faseada, consoante requisição enviada pelo CED, sendo as mesmas efetuadas uma vez por semana.
2. O contrato manter-se-á em vigor até total cumprimento do mesmo, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.
3. Em caso de denúncia, esta deverá ser efetuada através de carta registada com aviso de receção, a enviar ao outro contratante com a antecedência mínima de 90 (noventa) dias relativamente ao fim do período em curso.

### Capítulo II

#### Obrigações contratuais

### Cláusula 4.ª

#### Local do fornecimento de bens e serviços

Os bens a fornecer, deverão ser entregues, pelo Adjudicatário, nas instalações dos Centros Educativos e Desenvolvimento (CED), Casas de Acolhimento (CA), da Casa Pia de Lisboa, I.P., sítos:

- **CA António do Couto** - R. Dr. Osório Vaz, 9 2635-189 Rio de Mouro
- **CA Clemente José dos Santos** - Largo S. João Nepomuceno, 7 1200-414 Lisboa
- **CA Gil Teixeira Lopes** - Rua dos Jerónimos, 9 1400-210 Lisboa
- **CA João Inácio Ferreira Lapa** - R. João Maria Magalhães Ferraz, 7 2725-238 Mem Martins
- **CA João José Branco** - Largo S. João Nepomuceno, 7 1200-414 Lisboa
- **CA Martins Correia** - Rua S. Francisco Xavier, 12 2725-445 Mem Martins
- **CAPPA João José Aguiar** - Largo da Ajuda, 30 1300-018 Lisboa
- **CAPPA Santa Isabel** - Largo da Torre, 1 1300-560 Lisboa



- **CED António Aurélio C. Ferreira** - Rua Alberto Oliveira 1700-017 Lisboa
- **CA Areia Branca** – Praia da Areia Branca, 2530-065 Lourinhã
- **CED Francisco Margiochi** - Quinta do Arrife Amiais de Cima 2025-012 Abrã
- **CED Maria Pia** - Rua Madre Deus n.º 1 1900-312 Lisboa
- **CED N. S. Conceição** - Rua Sol ao Rato n.º 6 1250-263 Lisboa
- **CED Nuno Álvares Pereira** - Rua Alexandre Sá Pinto n.º 26 1300-036 Lisboa
- **CED Pina Manique** - Rua dos Jerónimos n.º 9 1400-210 Lisboa

#### **Cláusula 5.ª**

##### **Contrato**

1. O contrato a celebrar integra sempre os seguintes elementos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c) O presente caderno de encargos e seus anexos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Obrigações do adjudicatário**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável ou no Caderno de Encargos, decorre para o adjudicatário a obrigação de fornecimento dos Bens Alimentares.
2. A título acessório, o adjudicatário fica obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios necessários e adequados à prestação do fornecimento dos bens, bem como à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.



3. O adjudicatário obriga-se a entregar os bens alimentares à Casa Pia de Lisboa, I.P., conforme os requisitos técnicos constantes do presente caderno de encargos e objeto do presente contrato com as características previstas nas especificações técnicas do presente caderno de encargos.
4. As entregas terão de respeitar o dia, hora e local que estiverem indicados na respetiva requisição, emitida pelos serviços
5. É responsabilidade da entidade adjudicatária o transporte e entrega de acordo com as regras de implementação de HACCP. Pelo que, os produtos devem ser embalados e transportados de acordo com as suas características e normas em vigor, tendo em conta a sua conservação e qualidade
6. Todas as despesas derivadas da prestação das cauções e seguros se a eles houver lugar, são da responsabilidade do adjudicatário.
7. Toda e qualquer alteração, no que respeita aos serviços contratados, carecem de uma aprovação prévia por parte da Casa Pia de Lisboa, I.P.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Interlocutor**

O adjudicatário deverá indicar um interlocutor privilegiado, a quem competirá toda a articulação com a Casa Pia de Lisboa, I.P., para quaisquer esclarecimentos e resolução de situações urgentes.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Preço contratual e condições de pagamento**

1. Pelo fornecimento de bens alimentares objeto do presente procedimento, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve pagar à adjudicatária o preço previsto, constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, que não pode ultrapassar o preço base previamente estabelecido.
2. Na proposta, para além dos preços unitários, deverá ser indicado o preço total, as marcas dos produtos, quantidades mínimas de fornecimento, as condições de pagamento e o prazo de entrega.



3. O valor referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Casa Pia de Lisboa, I.P, incluindo as despesas de transporte.
4. A faturação será efetuada numa cadência mensal após a entrega dos bens.
5. As faturas vencem-se no prazo de 30 dias após a apresentação da faturação eletrónica através da plataforma (FE-AP) da ESPAP, I.P.
6. As faturas serão emitidas em nome da Casa Pia de Lisboa, I.P., com referência ao número de identificação fiscal.
7. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto ao valor indicado na fatura, deve esta comunicar à entidade adjudicatária, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando a entidade adjudicatária obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
8. Desde que devidamente emitida e observando o disposto no n. °1, a fatura será paga através de transferência bancária, após a verificação dos formalismos legais, em vigor, para o processamento das despesas públicas.
9. Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes, não podem ser propostos adiantamentos por conta dos serviços a prestar.
10. O atraso no pagamento das faturas confere ao fornecedor o direito de exigir juros de mora, nos termos legais.

#### **Cláusula 9.<sup>a</sup>**

##### **Níveis de serviço**

Os adjudicatários obrigam-se a cumprir os níveis de serviço referidos nas alíneas seguintes:

- a) É obrigação dos adjudicatários fornecer os bens em conformidade com o definido no caderno de encargos;
- b) As quantidades apresentadas são as máximas que a Casa Pia de Lisboa, I.P, pretende adquirir.
- c) O prazo máximo para corrigir a entrega do bem não conforme é de 48 horas;
- d) O adjudicatário deve garantir o cumprimento de todas as normas ambientais aplicáveis, bem como garantir que todos os produtos, a fornecer, incluindo o seu embalamento e transporte, respeitam as exigências ambientais e de saúde pública em vigor, devendo o



adjudicatário garantir a sua adequação às novas normas ou exigências que, eventualmente, possa entrar em vigor no período de vigência do contrato;

- e) É obrigação dos adjudicatários entregar os bens em boas condições de acondicionamento e com um prazo de validade adequado ao normal consumo dos mesmos, sempre no pressuposto da prevenção do desperdício alimentar.

#### **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

##### **Revisão de preços**

Durante a vigência do contrato não haverá lugar a revisão/atualização do preço contratado, exceto todas aquelas que se revistam de obrigatoriedade específica imposta pela lei.

### **Capítulo III**

#### **Penalidades contratuais e Resolução**

#### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

##### **Sanções**

1. No caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável ao adjudicatário, será aplicada a seguinte sanção:
  - (i) Entrega dos bens após 48 horas até ao limite de 120 horas: **penalização de 5% no valor da fatura.**
  - (ii) Entrega dos bens superiores a 120 horas: **penalização de 15% no valor da fatura.**
2. O não cumprimento das cláusulas de execução do contrato, quando a sua gravidade o justifique pelos danos causados, poderá constituir fundamento para a sua rescisão imediata, independentemente das sanções previstas na lei e de outros procedimentos legais que se julgue conveniente adotar.

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

##### **Força Maior**

1. Não podem ser impostas sanções ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer



ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.





#### **Cláusula 13.ª**

##### **Resolução do contrato**

Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações especialmente previstas no contrato, há direito de resolução do contrato nas situações previstas nos artigos 332º a 335º do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 14.ª**

##### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **Capítulo IV**

##### **Disposições finais**

#### **Cláusula 15.ª**

##### **Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da sua posição contratual, depende da autorização prévia da entidade adjudicante, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 16.ª**

##### **Modificação objetiva do contrato**

1. Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito, assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura, e deverá obedecer ao estipulado nos artigos 311.º e seguintes do CCP.
2. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 10 (dez) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração.
3. O contrato pode ser modificado por:
  - a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene do que a do contrato;
  - b) Decisão judicial ou arbitral;



- c) Razões de interesse público.
4. A modificação do contrato com os fundamentos previstos no artigo 312.º do CCP, encontra-se sujeita aos limites e consequências estabelecidos nos artigos 313.º e 314.º do Código dos Contratos Públicos.
  5. Caso as modificações representem um valor acumulado superior a 10% do preço contratual, devem as mesmas ser publicitadas nos termos do disposto do artigo 315.º do CCP.

#### **Cláusula 17.ª**

##### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

#### **Cláusula 18.ª**

##### **Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato a celebrar.
2. Qualquer alteração dos elementos de contacto deve ser comunicada à outra parte.

#### **Cláusula 19.ª**

##### **Patentes, licenças e marcas registadas**

1. Caso existam encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças os mesmos são da responsabilidade da entidade adjudicatária.
2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, a entidade adjudicatária indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.



#### Cláusula 20ª

##### **Sigilo, confidencialidade e proteção dados pessoais**

1. Todos os elementos entregues pela Casa Pia de Lisboa, I.P., no âmbito do presente procedimento, bem como em fase de execução do contrato, são fornecidos sob reserva de confidencialidade, não podendo ser divulgados por qualquer forma, sem prévia autorização escrita da Casa Pia de Lisboa, I.P., restringindo-se a sua utilização ao prosseguimento do fim a que se destinam.
2. O adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações, designadamente de carácter fiscal, que os seus trabalhadores venham a ter acesso relacionadas com a atividade da Casa Pia de Lisboa, I.P.
3. Cabe ao adjudicatário assegurar que as pessoas ou entidades que tiverem acesso à informação sujeita a sigilo referida no número anterior, assumam perante si um compromisso de confidencialidade, limitando a divulgação de informação exclusivamente às pessoas ou entidades que dela tenham de tomar conhecimento para tornar possível a sua intervenção nos processos em que intervêm.
4. O adjudicatário assumirá direta e pessoalmente a responsabilidade por qualquer dano patrimonial ou moral que a Casa Pia de Lisboa, I.P. ou qualquer terceiro venha a sofrer em consequência de ato, ação ou omissão, praticado, dolosa ou negligentemente, por qualquer dos seus colaboradores, em violação do dever de sigilo a que estão obrigados.
5. O adjudicatário obriga-se ainda, durante a vigência do contrato e após a sua cessação, a cumprir toda a legislação em vigor relativa à proteção de dados pessoais e a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e/ou elementos que lhe tenham sido confiados pela Entidade Adjudicante ou de que tenha tido conhecimento ou acesso no âmbito do presente contrato ou por causa dele.
6. Sempre que, no âmbito do presente contrato, o Segundo Outorgante tenha de proceder ou efetuar operações de tratamento automatizado ou manual de dados pessoais, o mesmo obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais e nomeadamente a:
  - a) Manter a confidencialidade desses dados, podendo apenas facultá-los aos trabalhadores alocados à prestação dos serviços, na medida do estritamente necessário à referida prestação;



- b) Tratar os dados, única e exclusivamente para efeitos da prestação dos serviços objeto deste contrato, em estrita observância das instruções transmitidas pela Casa Pia de Lisboa;
  - c) Adotar todas as medidas técnicas e organizativas apropriadas a assegurar um nível de segurança adequado à proteção dos dados, e a existência de mecanismos/processos que permitam testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia dessas medidas;
  - d) Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou, por qualquer outra forma, colocar à disposição de terceiros os dados, sem que para tal tenha sido expressamente autorizada;
  - e) Prestar apoio ao responsável pelo tratamento de dados da CPL em caso de exercício de direitos pelos titulares;
  - f) Exigir aos trabalhadores afetos à prestação de serviços, igual dever de confidencialidade e proteção dos dados pessoais;
  - g) Prestar assistência ao responsável pelo tratamento de dados da CPL no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações que recaem sobre o mesmo (segurança, notificações de violações de segurança, avaliações de impacto);
  - h) Colaborar nas auditorias levadas a cabo pelo responsável pelo tratamento de dados;
  - i) Apagar ou devolver (consoante a escolha do responsável pelo tratamento de dados) todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços, apagando as cópias existentes, salvo se a conservação dos dados seja exigida ao abrigo de legislação específica na matéria;
  - j) Obter autorização expressa pela Casa Pia de Lisboa para eventual subcontratação do serviço, ficando o subcontratante sujeito às mesmas obrigações de proteção de dados a que está sujeito o Segundo Outorgante.
7. O Adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a Entidade Adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus trabalhadores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.
8. Para efeitos do disposto no número anterior da presente cláusula entende-se por “trabalhador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao Adjudicatário, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores



de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o Segundo Outorgante e o referido trabalhador.

9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra.

#### **Cláusula 21.ª**

##### **Legislação aplicável**

Em tudo o que for omissa e que suscite dúvidas no presente contrato, reger-se-á pela lei geral aplicável aos contratos administrativos, bem como ao regime jurídico do Código dos Contratos Públicos, na sua versão atualizada e demais legislação aplicável em razão da matéria.

A execução do contrato obedece ainda à Resolução do Conselho de Ministros 132/2023, de 19 de outubro de 2023, e demais legislação que promova uma contratação pública sustentável, assente no cumprimento dos objetivos ambientais.



## **PARTE II**

### **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

#### **Cláusula 22.<sup>a</sup>**

##### **Especificação e descrição dos bens**

O presente caderno de encargos tem por objeto a aquisição de produtos alimentares para 2025 para as diversas Casas de Acolhimento, Centros de Educação e Desenvolvimento (CED) da Casa Pia de Lisboa I.P.:

- Lote 1 – Bebidas alcoólicas
- Lote 2 – Carne
- Lote 3 – Carne Francisco Margiochi
- Lote 4 – Chás, Doces e Bolachas
- Lote 5 – Diversos
- Lote 6 - Peixe
- Lote 7 – Peixe fresco
- Lote 8 - Ultracongelados
- Lote 9 – Alimentos Específicos

##### **QUANTIDADES E DESCRIÇÃO DOS BENS, CONFORME MAPA DE QUANTIDADES EM ANEXO A.**

#### **Cláusula 23.<sup>a</sup>**

##### **Condições de fornecimento de entrega**

1. A entrega dos bens alimentares, deverá efetuar-se de forma faseada, até 48 horas a partir do envio da requisição oficial enviada por cada CED da Casa Pia de Lisboa, I.P., sendo as entregas efetuadas uma vez por semana;
2. Os peixes constantes dos Lotes 6 e 7 devem provir preferencialmente de fontes controladas e sustentáveis (de preferência com certificações como MSC, Friend of the Sea, ou outras). Ainda, no que concerne a esta tipologia de bens – Peixe fresco e Peixe congelado - as entregas serão concretizadas de forma faseada, e com quantidade por embalagem máxima de 3kg;
5. O açúcar, o café, o chocolate e o chá devem ser total ou parcialmente biológicos e de comércio justo;
6. Os artigos serão requisitados, devendo o fornecedor entregá-los por sua conta e risco, sempre acompanhados com guia de remessa.



7. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas e legais condições de serem utilizados para os fins a que se destina, sempre com vista à prevenção do desperdício alimentar. Caso os bens não se encontrarem nas devidas condições, serão devolvidos.
8. Os bens a fornecer serão entregues nas moradas **constantes na Cláusula 4.ª**.
9. Os responsáveis pelos armazéns dos CED e Casas de Acolhimento são:
- **CA António do Couto** - Sérgio Couceiro
  - **CA Areia Branca** - Teresa Duarte
  - **CA Clemente José dos Santos** – Rui Prazeres
  - **CA Gil Teixeira Lopes** - Sérgio Ferreira
  - **CA João Ferreira Lapa** – Solange Leitão
  - **CA João José Branco** – Rita Bomtempo
  - **CA Martins Correia** - Luzia Moraes
  - **CAPPA João José Aguiar** – Isabel Cabeleira
  - **CAPPA Santa Isabel** – Catarina Cancels
  - **CED Antonio Aurélio C. Ferreira** – Conceição Lopes
  - **CED Francisco Margiochi** – Gina Branco
  - **CED Maria Pia** – Vanda Lima
  - **CED Nossa Senhora da Conceição** – Bárbara Silva
  - **CED Nuno Álvares Pereira**– Ana Paula Ferreira
  - **CED Pina Manique** – Odete Ribeiro